



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

APONTAMENTOS SOBRE OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Mayra Hellen Vieira de Andrade¹
Andressa Lima da Silva²
Maria Gabrielle Chaves Silva³
Ana Paula Rocha de Sales Miranda⁴
Patrícia Barreto Cavalcanti⁵

Resumo: Este artigo objetiva resgatar a discussão dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos que marcaram a trajetória do Serviço Social brasileiro, destacando os desafios profissionais contemporâneos. Metodologicamente, trata-se de levantamento bibliográfico e documental, de caráter qualitativo, orientado pelo materialismo histórico-dialético.

Palavras-chave: Serviço Social. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos. Projeto Ético-Político Profissional.

Abstract: This article aims to recover the discussion of the historical and theoretical-methodological foundations that marked the trajectory of the Brazilian Social Service, highlighting the contemporary professional challenges. Methodologically, this is a bibliographical and documentary survey, of a qualitative character, guided by historical-dialectical materialism.

Keywords: Social Service. Historical and Theoretical-Methodological Foundations. Professional Ethical-Political Project.

1 INTRODUÇÃO

A institucionalização do Serviço Social no Brasil se deu por sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, sendo, portanto, atravessado pelas inflexões oriundas do contexto social, político e econômico de cada período.

Assim, considerando os rebatimentos da realidade sobre a profissão, o presente artigo objetiva discutir os fundamentos históricos e teórico-metodológicos que marcaram a trajetória do Serviço Social brasileiro, destacando os desafios profissionais decorrentes das

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: mayrahellen@hotmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: mayrahellen@hotmail.com.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: mayrahellen@hotmail.com.

⁴ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: mayrahellen@hotmail.com.

⁵ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: mayrahellen@hotmail.com.

transformações da sociedade contemporânea a partir de reflexões teóricas resultantes de levantamento bibliográfico e documental, ancorado no materialismo histórico-dialético.

Para tanto, optou-se por partir de um breve resgate socio-histórico de sua trajetória, considerando a dinamicidade e complexidade da realidade. Desta maneira, em sua primeira parte, buscou-se situar a emergência do Serviço Social sob os marcos do capitalismo monopolista e, por conseguinte, do acirramento da exploração do capital sob o trabalho e suas contradições sociais. Em seguida, traçou-se uma linha do tempo, apontando os principais acontecimentos que marcaram o desenvolvimento da profissão, assim como os avanços e retrocessos. E por fim, tencionou-se apresentar a constituição do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP) como expressão do amadurecimento teórico-metodológico da categoria, bem como os desafios postos coetaneamente.

Portanto, é pertinente salientar que devido a limitada capacidade extensiva deste trabalho buscaremos apresentar um debate central em torno da temática proposta, com o intuito de facilitar a compreensão do/a leitor/a acerca do movimento dinâmico que perpassa a constituição do Serviço Social brasileiro enquanto profissão, ao longo da sua trajetória.

2 DA GÊNESE AOS ANOS 1980: PARTICULARIDADES DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E VINCULAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL À REALIDADE

O Serviço Social brasileiro emergiu no âmbito do capitalismo monopolista, notadamente nos anos 1930, quando o Estado passou a regular as tensões existentes entre as classes sociais, contribuindo com a sua legitimação enquanto profissão. Desta forma, considera-se que o processo de institucionalização da profissão, de um modo geral, está ligado à intervenção do Estado nas ações de regulação social.

Sua vinculação inicial se deu no ideário católico, conferindo à profissão uma perspectiva reguladora, visto que os problemas sociais eram tratados como sendo de ordem moral e/ou religiosa, recebendo um tratamento conservador, psicologizante, individualista e moralizador (AGUIAR, 2001). Por esta razão, as ações do Serviço Social foram desenvolvidas de modo a integrar os indivíduos, considerados desajustados, à sociedade, através de ações que incidissem sobre valores e comportamentos daqueles, posto que seus problemas eram considerados de ordem moral e não social (CASTRO, 2007).

Nessa perspectiva, o emergente Serviço Social brasileiro apresentava posicionamentos de cunho humanista-conservador, tendo como referências a Doutrina Social da Igreja, o ideário franco-belga e o pensamento de São Tomás de Aquino: tomismo e neotomismo, sendo o neotomismo a primeira base filosófica que norteou o Serviço Social, conciliando-a com a fé cristã, notadamente sob influência das encíclicas papais *Rerum*

Novarum e Quadragésimo Anno e foi a partir desta vinculação com a Igreja Católica que o primeiro curso de Serviço Social foi criado, em 1936.

Este perfil conservador católico foi mantido até a primeira metade da década de 1940, quando se iniciou seu processo de tecnificação, a partir da influência norte-americana e da adoção do Positivismo, conformando o “arranjo teórico doutrinário” (IAMAMOTO, 1992), a partir do que houve uma valorização das técnicas na profissão, de modo a atender as transformações sociais e demandas da época do Estado interventor e da sociedade, reclamando uma redefinição do assistencialismo católico e da própria doutrina social da Igreja (CASTRO, 2007).

Nos anos 1960, as inquietações e os questionamentos relativos ao “Serviço Social Tradicional” iniciados nos anos 1950 e que circundavam o Movimento de Reconceituação Latino-Americano deram origem à renovação profissional, um processo global de mudanças, mas que devido ao cenário autocrático, confluíram para uma nova direção nas mudanças internas da profissão, cujas discussões redundaram no pluralismo profissional, e disputa pelos espaços (NETTO, 2011).

A abertura de cursos de graduação nas universidades públicas e, posteriormente, de pós-graduação permitiram aproximação da profissão com as discussões das Ciências Sociais e ampliação do escopo investigativo, o que favoreceu o desenvolvimento de uma “massa crítica” que, nos anos 1980 e 1990, influenciaram as discussões que engendraram o atual PEPP, voltando-se para um projeto ligado à classe trabalhadora, e sob influência do marxismo.

Assim, considera-se que mesmo diante de um cenário adverso aos direitos sociais – se tomados como universais e garantidos em lei –, mas, sobretudo, aos direitos políticos e civis, a renovação favoreceu a revisão da profissão nos seus aspectos teóricos e metodológicos, com o propósito de repensar as estratégias de atuação. Em termos teóricos, este processo se estruturou em três momentos: a “perspectiva modernizadora” (vertente positivista), com metodologias voltadas ao tecnicismo, burocratismo, com ênfase no racionalismo, de modo a romper com o empirismo tradicional na profissão, mas que se traduziam numa separação entre sujeito e objeto; a “perspectiva de reatualização do conservadorismo” (vertente fenomenológica), priorizando a concepção de sujeito, e uma metodologia dialógica e compreensiva que fugia a análises macro societárias; e a “perspectiva de intenção de ruptura” (vertente marxista), impulsionada pelo “Método Belo Horizonte” (1972-1975), remetendo a profissão à consciência de sua inserção e aproximação às camadas trabalhadoras na sociedade de classes (NETTO, 2011).

Necessário se faz esclarecer que, em termos teórico-metodológicos, na perspectiva “modernizadora” o Serviço Social buscou se munir de habilidades e técnicas, bem como

elaborar instrumentos que pudessem favorecer o desenvolvimento do país, inclusive ratificando a necessidade de planejamento de suas ações para maior eficiência do seu trabalho e dos recursos disponibilizados. A adoção do planejamento em si, a despeito das lacunas observadas e da adesão ao discurso oficial, representou o despertar para a necessidade de rompimento com o imediatismo e o improviso, ainda que tenha se deslocado para o âmbito do burocratismo e da própria restrição de direitos e vigilância dos usuários. Há que se destacar ainda o intercâmbio entre a profissão e outras categorias que foi viabilizado com o aumento do mercado de trabalho e sua inclusão em setores onde não existia antes.

Em relação à perspectiva de “reatualização do conservadorismo”, além da influência histórica do ideário cristão e do conservadorismo na profissão, os impactos restritos das ações “modernas” repercutiram para o fortalecimento da corrente que havia entrado em declínio, demonstrando o interesse permanente pelo resgate das questões subjetivas – ainda que alheias ao contexto onde se dão – e uma preocupação teórico-metodológica em investir tal perspectiva de tônus científico pela adoção de uma filosofia que sobrepujasse o exclusivismo da empiria, mas que não perdesse de vista os valores presentes na gênese da profissão.

Na perspectiva de “intenção de ruptura”, a despeito do mérito de seu pioneirismo na profissão, as aproximações feitas mediante o uso de manuais e leituras equivocadas, alheias às colocações das fontes originais repercutiram negativamente no desenvolvimento de um viés economicista e partidarista que ainda hoje ressoa entre a categoria, mas que, sem dúvida, teve como principal mérito a adoção da categoria mediação, permitindo ir além da aparência, confrontando-se com práticas imediatistas e, portanto, restritivas de direitos e de uma visão integral dos sujeitos.

Do mesmo modo que em relação aos aspectos teórico-metodológicos, os anos entre 1960 e 1980 confluíram para atualizações nos Códigos de Ética, de modo a aproximá-los das alterações societárias e históricas, cujo principal avanço correspondeu à inclusão do valor da liberdade no Código de 1986, representando uma importante evolução no sentido da ruptura com o conservadorismo, observada de forma mais premente no Código de 1993 ainda vigente.

A importância do caráter inovador da inclusão desse valor/princípio ético reside, entre outras razões, na compreensão da necessidade de se manifestar contrariamente ao regime – o que não ocorreu de maneira contundente na perspectiva que havia tido maior ressonância entre a categoria: a “modernizadora” – e em defesa ao direito de organização política e sindical reprimido durante o período autocrático; no entendimento da necessidade de mudança de postura em relação aos usuários com quem atua, buscando romper com

práticas tuteladoras, infantilizadoras e moralizadoras que nortearam as ações e as metodologias empregadas pela profissão; e na adoção de uma postura política que se vinculava formalmente à classe trabalhadora, opondo-se a posturas neutras e conservadoras que fundamentaram ideológica, cultural e teoricamente a profissão, posicionando-se contrariamente ao padrão burguês de desigualdade, desmistificando a exploração capitalista e desvelando as expressões da “questão social” intensificadas durante o referido regime e tratadas pelo binômio repressão/assistência (SILVA E SILVA, 2006).

Embora tal posicionamento tenha sido observado formalmente nos anos 1980, foi no final da década de 1970 que ele se engendrou, a partir do estabelecimento de um quadro mais favorável ao rompimento com o tradicionalismo, posto que foi neste período que o regime militar começou a entrar em declínio, ao passo em que se fortaleceram os movimentos sociais e em prol da redemocratização, cuja disputa entre classes foi representada na promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) que, embora tenha significado uma conquista no que concerne à seguridade social, vem sendo vituperada desde o início dos anos 1990, como reflexo da adoção do ideário neoliberal e da própria organização da classe burguesa em defesa da sua hegemonia em detrimento dos direitos sociais garantidos à classe trabalhadora.

Em termos legal-formais, a promulgação da CF/1988 representou um instrumento de sustentação para a prática profissional, tendo em vista que os/as assistentes sociais que atuam com políticas, serviços e direitos sociais passaram a trabalhar na perspectiva de defesa dos direitos e garantias sociais estabelecidos, bem como qualidade dos serviços, deixando de ser uma categoria voltada mormente para o controle da classe trabalhadora, ainda que o processo contraditório entre as classes e as demandas institucionais e dos empregadores não possam ser ignoradas (YAZBEK, 2009).

Conforme apontam Iamamoto e Carvalho (2014, p. 615),

O Serviço Social beneficia-se de amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura militar do período 1964-84. No contexto de ascensão dos movimentos sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e da defesa do Estado de direito, a categoria foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil com o avanço das lutas democráticas. Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social no país e passa a exigir novas respostas profissionais, o que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais.

Ademais, além da aproximação com as discussões pertinentes às Ciências Sociais, o diálogo e a interlocução com outras categorias nos seus campos de trabalho, a ampliação

dos temas investigados, o estabelecimento do pluralismo nas três esferas profissionais, a tentativa de conciliação da formação com a realidade, e a proposição de rompimento com o “Serviço Social Tradicional” e com a corrente teórica conservadora a partir da adoção do marxismo, é pertinente destacar o quão decisiva para a profissão e para parte das situações elencadas, foi a contribuição de Yamamoto nesse processo de amadurecimento intelectual, quando, em 1982, publicou juntamente com Raul de Carvalho o livro: “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, relacionando a teoria social de Marx e o Serviço Social, abrindo espaço para abordagens críticas (NETTO, 2011), cujas discussões e principalmente a adoção da teoria social crítica certamente foram recuperadas posteriormente na elaboração das Diretrizes Curriculares, sinalizando o início da utilização dos termos “trabalho e classe trabalhadora”.

Portanto, foi no bojo desse debate que o Serviço Social começou a definir uma concepção mais crítica para sua inserção no processo de reprodução das relações sociais. Através da aproximação com o pensamento de Marx, a profissão, por meio da perspectiva dialética, encontrou respaldo para apreender as mediações da realidade social e a totalidade social. Com isso, o Serviço Social caminhou para a construção do seu atual projeto profissional, posto que a teoria social crítica passou a inspirá-lo ao tentar combinar a nova perspectiva teórica à dimensão interventiva.

3 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL E SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

O Projeto Ético-Político Profissional (PEPP) do Serviço Social brasileiro resultou de conquistas históricas alcançadas pelo engajamento de segmentos expressivos da categoria profissional e a gênese da sua construção data da transição da década de 1970 para 1980, com a perspectiva de “intenção de ruptura”, instigada no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), cuja relevância reside no fato de, tendo sido construído num contexto de redemocratização da sociedade brasileira, representar a recusa explícita ao conservadorismo, muito presente no Serviço Social da época, e a instauração do pluralismo político na profissão.

Em concordância com Santana (2000, p. 80):

Os assistentes sociais, preocupados com a modernização do país e da profissão, assumem posições predominantemente favoráveis à reprodução das relações sociais. Porém, a partir da década de 1980, os setores críticos (em geral, respaldados na teoria marxista) assumem a vanguarda da profissão. É no bojo desse processo de renovação do Serviço Social que o pluralismo se institui e inicia a construção do que hoje chamamos de projeto ético-político da profissão.

Segundo Netto (1999), o projeto profissional é um projeto de caráter coletivo e histórico, uma vez que foi construído coletivamente com a adesão de grande parte da categoria, considerando os processos históricos pelos quais a categoria vivenciou, tendo como eixo fundamental o reconhecimento da liberdade como valor central, assegurando o seu compromisso com a autonomia, a emancipação e o crescimento dos sujeitos sociais.

Todavia, conforme destaca Ramos (2006), embora o Projeto Ético-Político do Serviço social esteja vinculado a um projeto societário que visa a superação da ordem capitalista, o mesmo apresenta dificuldades para elaborar um projeto anticapitalista, de esquerda, pois os rebatimentos das investidas do capital nesse processo em favor da acumulação são enormes.

Em linhas gerais, o PEPP foi criado na segunda metade da década de 1970; avançou significativamente nos anos 1980, em razão da construção do Código de Ética de 1986 e das Diretrizes Curriculares de 1982; e nos anos 1990 atingiu sua consolidação, no sentido de seu amadurecimento teórico-metodológico e ético-político, tendo como uma de suas expressões a Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8.662/93), o Código de Ética de 1993, e as Diretrizes Curriculares de 1996, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), os três últimos representando sua base legal e materialização, ainda que siga em processo de implementação e reafirmação contínuo.

Todavia, ainda que o Serviço Social tenha renovado seu aporte teórico-metodológico para adequar sua intervenção às exigências do momento histórico em que vivíamos, a partir de então, começou a sentir no âmbito da profissão os rebatimentos conjunturais da ofensiva neoliberal, da reestruturação do mundo do trabalho e da contrarreforma do Estado (NETTO, 1999), sendo notório que o projeto profissional vem enfrentando grandes dificuldades na contemporaneidade, em virtude de uma conjuntura marcada pelo avanço do ideário neoliberal, pelo fortalecimento de bases conservadoras e pela barbarização das relações sociais, e cabe aqui mencionar que todos estes traços são opostos à sua essência.

Assim, passamos a viver um momento histórico complexo, sendo perceptível o agravamento das múltiplas expressões da “questão social”; a crescente procura por serviços sociais; o desemprego estrutural, o aumento da seletividade no campo de acesso às políticas sociais; a forte concentração de renda, poder e capital nas mãos de uma minoria, dentre outros. Cabe aqui ressaltar que as transformações operadas nas esferas produtiva e estatal alteraram as relações entre Estado e sociedade, exigindo, conseqüentemente dos/as profissionais, a apreensão dos processos macroscópicos que transpassam as esferas da sociedade.

Recorde-se que o Serviço Social tem sua gênese na sociedade capitalista monopolista, logo surge como uma demanda posta pelo capital, que posteriormente foi institucionalizado e legitimado pelo Estado e pelo empresariado, inserindo-o na divisão social e técnica do trabalho (YAZBEK, 2009). Nesse contexto, toda alteração na configuração da forma de sociabilidade instaurada aponta rebatimentos para a profissão, como asseverado por Iamamoto e Carvalho (2014, p. 611):

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional.

Assim, como uma especialização do trabalho coletivo, o Serviço Social reúne em seu seio as contradições de todo o contexto social. Desse modo, a complexidade da realidade social na contemporaneidade aponta para o exercício profissional dos/as Assistentes Sociais novos desafios, requisitando novas estratégias de intervenção. Para Iamamoto (2015), o principal desafio profissional da atualidade é apreender o conjunto de necessidades, sejam elas sociais, políticas, culturais ou econômicas localizadas na relação capital/trabalho e traçar medidas resolutivas e para tanto faz-se mister uma apropriação mais adequada do arcabouço teórico-metodológico de que dispõe para que o uso de seus instrumentais não viole as propostas ético-políticas em vigor no PEPP, mas ao contrário, possa fortalecê-las.

Nesse sentido, os/as profissionais precisam construir mecanismos de ligação entre as demandas e suas necessidades fundantes, só assim conseguirão aproximar-se dos desafios postos à profissão e encaminhar providências, posto que a realidade social é revestida de contradições que requerem um olhar para além da imediatividade dos fenômenos. É preciso levar em consideração todas as determinações das relações sociais buscando conhecê-las e interpretá-las à luz de uma perspectiva crítica, mas isto só é possível se houver acúmulo teórico, conhecimento da realidade e capacidade de fazer interlocução desse acúmulo com a realidade, incluindo os usuários como interlocutores nas ações e não como sujeitos passivos e, para isto, é necessária aproximação com estes sujeitos, de uma parte e, de outra, conscientização dos sujeitos, é preciso saber ouvir, mas também refletir coletivamente, acionar os mecanismos legais, transcender as ações individuais, propor trabalho multiprofissional e intersetorial e isto requer estratégias de médio e longo prazos.

Destarte, o cenário que se instaurou no Brasil a partir de 1990 além de expressar modificações no chamado “mundo do trabalho”, passou a demandar dos/as profissionais do Serviço Social um amadurecimento teórico e intelectual que lhes permita apreender as mediações que configuram o contexto de transformações e desvendar as novas manifestações da “questão social”, sem ignorar os efeitos deletérios da economia e da política que se acumulam também sobre as antigas expressões da “questão social”, adensando o cenário adverso para a classe trabalhadora em um momento em que o Estado se retrai, desencadeando uma série de medidas em torno de cortes no campo das políticas sociais e inviabilizando direitos sociais reconhecidos em lei (IAMAMOTO, 2015).

Dessa forma, os/as Assistentes Sociais em seu cotidiano profissional passam a deparar-se fortemente com a ampliação da seletividade e focalização das políticas sociais, ao mesmo tempo em que são requisitados a responder com medidas efetivas às demandas que lhes são apresentadas, confrontando-se com a valorização desmedida do mercado de consumo e a financeirização do capital em detrimento da produção e do mercado de trabalho formal, o que reforça os desafios postos à profissão, exigindo dos/as profissionais qualificação contínua e diálogo com os princípios éticos e políticos que orientam o PEPP.

Os/as profissionais de Serviço Social estão permanentemente desafiados/as pela própria crítica, no cotidiano da prática profissional, diante das escolhas das concepções de mundo que se impõem e se repõem em um movimento dialético, no confronto com as condições objetivas do exercício da profissão; condições determinadas e regidas pelas condições objetivas das sociedades capitalistas de desenvolvimento desigual e combinado, que nos países latino-americanos se expressam na exacerbada desigualdade histórica. (LOPES, 2016, p. 324).

Em relação ao quadro teórico-epistemológico, os anos 1990 também recuperaram a ideologia conservadora a partir do resgate do positivismo – neopositivismo – e da ascensão da pós-modernidade com seu viés subjetivo e efêmero, reforçando no Serviço Social as discussões sobre metodologias individuais de trabalho e o resgate ao psicologismo, interferências que não passaram incólumes aos grupos representativos da categoria que buscam resistir aos intentos voltados ao resgate das marcas tradicionais ainda presentes na profissão. Do mesmo modo, foram observadas mudanças no sistema educacional nacional e nos últimos anos o fortalecimento do ensino a distância e de experiências alheias ao que é proposto no PEPP, cujos debates não podem ser ignorados.

Diante disso, é notório que a profissão na contemporaneidade vive um momento de resistência política instigada pela conjuntura de enfrentamento às novas configurações do conservadorismo que perdura no seio do Serviço Social. Em vista disso, destaca-se a responsabilidade dos processos de formação profissional, assim como da fiscalização e orientação das entidades representativas, no intuito de contar com profissionais críticos e

propositivos que possam se mostrar proativos frente à insuficiência de condições objetivas e às contradições da sociedade de classes.

Entretanto, a despeito da defesa por sua autonomia e da própria classe trabalhadora, é pertinente salientar que a carência das condições objetivas para efetivação do seu trabalho se dá pelo fato dos/as Assistentes Sociais se afirmarem socialmente como trabalhadores assalariados, logo possuírem a força de trabalho, mas não os meios para materializá-la, dado que dependem das entidades empregadoras para isso e, portanto, estando à mercê das intempéries que assolam as políticas sociais e as entidades onde realizam seu trabalho, seja no âmbito público – com cortes de gastos – seja no setor privado – com o resgate a estratégias de participação para controle e maior exploração, além de seletividade das ações assistenciais.

Por fim, ressalta-se que em meio aos desafios sociais impostos pela ofensiva neoliberal, o Serviço Social permanece no campo da luta e da resistência, buscando construir canais de diálogo nos mais variados espaços socio-ocupacionais, fortalecendo o processo de construção de uma sociedade emancipada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face destas considerações, compreende-se que a construção do legado histórico da profissão não se deu de maneira linear, pelo contrário, desde sua gênese apresentou características complexas que nem sempre foram apreendidas pela própria categoria profissional. Desse modo, a compreensão dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro leva a pensar em que campo das forças societárias a profissão foi se construindo.

Refletir sobre o Serviço Social contemporâneo é analisar antes de tudo o movimento político, econômico, cultural e social da sociedade vigente, uma vez que as transformações societárias impõem à profissão novos desafios. Dessa forma, entender a realidade dentro de um processo global complexo requer o conhecimento das contradições que perpassam a sociedade capitalista, haja vista a necessidade de decifrá-la para construir uma intervenção criativa que seja capaz de preservar a viabilização dos direitos sociais.

Ademais, destaca-se o salto qualitativo da profissão em termos de direcionamento ético-político – materializado pelo PEPP –, visto que ao longo dos anos a categoria profissional assumiu o seu compromisso com os princípios fundamentais que regem a profissão, de modo a ocupar o lugar que lhes cabe na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, ao longo deste trabalho evidenciou-se que a trajetória histórica do Serviço Social é marcada por momentos de rupturas e continuidades e que o agir profissional dos/as Assistentes Sociais se delinea no contexto da reprodução das relações sociais, constando-se o quanto é desafiadora a atuação profissional na contemporaneidade e reafirmando-se a necessidade dos/as profissionais se fortalecerem nos espaços socio-ocupacionais, através do amadurecimento teórico-crítico e intelectual alcançado pela categoria ao longo dos anos, buscando construir articulações junto aos atores sociais dos movimentos democráticos e populares, construindo e reconstruindo sua identidade profissional no conjunto das relações sociais concretas, sem perder de vista a história, de modo a evitar a retomada de questões superadas mediante reflexão coletiva em prol de um projeto societário e emancipatório.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 6. ed. São Paulo: Cortez, Piracicaba, SP: Universidade Metodista de Piracicaba, 2001.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 16. ed. São Paulo: Cortez: CELATS, 2014.

LOPES, Josefa Batista. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do Serviço Social brasileiro. In: OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduína de (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 311-344.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS; ABEPSS; CEAD. **Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEAD-UNB, 1999. p. 93-110.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 62, p. 73-92, mar. 2000.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira (Coord.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2006.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. Organização política dos (as) assistentes sociais brasileiros (as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 88. p.160-181. 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sóciohistórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 125-141.